



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

LUANA LOPES GONÇALVES

NARA ROSANI CARDOSO FERNANDES

**ANÁLISE SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS PARA ESTUDANTES
IMIGRANTES: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BÁSICA JOÃO PAULO I (CAIC) – TUBARÃO / SC**

Tubarão

2023

**LUANA LOPES GONÇALVES
NARA ROSANI CARDOSO FERNANDES**

**ANÁLISE SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS PARA ESTUDANTES
IMIGRANTES: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BÁSICA JOÃO PAULO I (CAIC) – TUBARÃO / SC**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Letras Inglês da Universidade do Sul de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura Letras Inglês.

Orientador: Prof. Lara Prazeres, Ms.

Tubarão
2023

LUANA LOPES GONÇALVES
NARA ROSANI CARDOSO FERNANDES

**ANÁLISE SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS PARA ESTUDANTES
IMIGRANTES: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BÁSICA JOÃO PAULO I (CAIC) – TUBARÃO / SC**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Licenciatura Letras Inglês e aprovado em sua forma final pelo Curso de Licenciatura Letras Inglês da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Tubarão, 15 de Junho de 2023.

Professor e orientador Lara Prazeres, Ms.
Universidade do Sul de Santa Catarina

Prof. Maria Sirlene Pereira Schlickmann, Dra.
Universidade do Sul de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças ao apoio de algumas pessoas, as quais não podemos deixar de agradecer, e é a elas que dedicamos nossos sinceros agradecimentos.

Primeiramente, agradecemos aos nossos pais, pela educação, incentivo e boa formação de caráter, que nos proporcionaram chegar até aqui.

Somos imensamente gratas à Deus, por ter nos concedido saúde, confiança e disposição para finalizar o curso. Também somos gratas ao Senhor por ter dado força em vários momentos de dificuldades.

Agradecemos a todos os professores, especialmente a nossa professora orientadora Ms. Lara Prazeres, que nos deu atenção e suporte com suas correções e competência, e a professora Ms. Marilete Severo, pela sua colaboração dedicada a este trabalho.

E a todos que, de forma direta ou indiretamente nos possibilitaram realizar este estudo. A vocês, nosso muito obrigada!

“A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida” (JOHN DEWEY, 1979).

RESUMO

O presente estudo analisou as práticas pedagógicas inclusivas para estudantes imigrantes. Assim, tem-se como objetivos específicos: identificar e descrever as práticas pedagógicas inclusivas adotadas pela gestão escolar para estudantes imigrantes; identificar e descrever as práticas pedagógicas realizadas pelos docentes para inclusão dos estudantes imigrantes; e analisar os dados levantados em cada categoria da pesquisa. Como problema de pesquisa trouxemos: Quais são as práticas pedagógicas inclusivas para estudantes imigrantes da Escola Municipal de Educação Básica João Paulo I (CAIC)? Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa com pesquisa de campo. A pesquisa de campo foi realizada na Escola Municipal de Educação Básica João Paulo I (CAIC), no município de Tubarão – Santa Catarina. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa com pesquisa de campo. O questionário foi aplicado presencialmente, constituído de 11 questões, sendo 5 questões direcionadas à diretora da escola e 6 questões direcionadas à professora. A pesquisa baseou-se em autores como Cavalcanti (2017), Oliveira (2017), Gadotti (1994), bem como dados da Polícia Federal e legislação vigente no país. Após a pesquisa realizada, observou-se que a escola em questão não tem práticas pedagógicas inclusivas para estudantes imigrantes e a professora justifica a ausência das práticas pedagógicas pelo fato de ter a possibilidade de os estudantes imigrantes se sentirem excluídos com a aplicação das mesmas.

Palavras-chave: Práticas pedagógicas inclusivas. Estudantes imigrantes. Escola.

ABSTRACT

The present study analyzed inclusive pedagogical practices for immigrant students. Thus, as specific objectives we have defined: to identify and describe inclusive pedagogical practices adopted by school management for immigrant students; identify and describe the pedagogical practices carried out by teachers for the inclusion of immigrant students; and analyze the data collected in each research category. As a research problem we brought: What are the inclusive pedagogical practices for immigrant students at the João Paulo I Municipal School of Basic Education (CAIC)? The field research was carried out at Escola Municipal de Educação Básica João Paulo I (CAIC), in the municipality of Tubarão - Santa Catarina. The questionnaire was applied in person, consisting of 11 questions, 5 questions directed to the school principal and 6 questions directed to the teacher. The research was based on authors such as Cavalcanti (2017), Oliveira (2017), Gadotti (1994), as well as data from the Federal Police and current legislation in the country. After the research carried out, it was observed that the school in question does not have inclusive pedagogical practices for immigrant students and the teacher justifies the absence of pedagogical practices by having the possibility of immigrant students feeling excluded with their application.

Keywords: Inclusive pedagogical practices. Immigrants students. School.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Incidência de matrículas	23
Gráfico 2 – Registro de mulheres imigrante.....	23

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de imigrantes por sexo	21
Tabela 2 – Número de imigrantes por classificação dos países	22
Tabela 3 – Matrículas nas etapas da educação básica	24

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	JUSTIFICATIVA.....	11
1.1.1	O crescente número de imigrantes	12
2	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS	14
2.1	LEGISLAÇÃO.....	15
2.1.1	Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	19
2.1.2	Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)	20
3	CONTEXTUALIZAÇÃO DA REALIDADE BRASILEIRA	21
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	26
4.1	DAS ENTREVISTAS.....	27
5	CONCLUSÃO	34
	REFERÊNCIAS	36
	APÊNDICE A – Questionário	39

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar, de forma organizada e estruturada uma análise sobre as práticas pedagógicas inclusivas para estudantes imigrantes da Escola Municipal de Educação Básica João Paulo I – (CAIC) do município de Tubarão – Santa Catarina. Definiu-se como objetivos específicos: identificar e descrever as práticas pedagógicas inclusivas adotadas pela gestão escolar para estudantes imigrantes; identificar e descrever as práticas pedagógicas realizadas pelos docentes para inclusão dos estudantes imigrantes; e analisar os dados levantados em cada categoria da pesquisa.

As práticas pedagógicas são recursos que podem ser utilizados para a inclusão dos estudantes em um ambiente escolar. Porém verifica-se que nem todos os professores estão dispostos a adotar as práticas pedagógicas ou até mesmo não acreditam possam servir como uma forma de inclusão.

A presente pesquisa foi desenvolvida na modalidade de estudo de caso, ou seja, por meio da análise de uma realidade organizacional, na qual envolve mensurar as respostas dadas em cada questão do questionário, através das informações individuais. De acordo com Pereira (2004), o dado qualitativo é uma representação simbólica atribuída à manifestação de um evento qualitativo. Trata-se de uma estratégia de classificação de um fenômeno aparentemente imponderável que, fixando premissas de natureza ontológica e semântica, instrumentaliza o reconhecimento do evento, a análise de seu comportamento e suas relações com os eventos. Na pesquisa qualitativa os pesquisadores têm a função de investigar e observar, e não são participantes (2001).

A análise dos dados poderá demonstrar a realidade escolar e como ela proporciona a aprendizagem e a inclusão de estudantes imigrantes. Desenvolveu-se alguns questionamentos para identificar e descrever a análise. São eles: Existe alguma pauta e reunião da equipe pedagógica sobre os alunos imigrantes? Quais? Com que frequência? Tem alguma prática educativa específica para estudantes imigrantes? Existe alguma abordagem sobre a cultura dos imigrantes em sala de aula?

Apesar da complexidade do assunto, apresenta-se uma construção norteada pela legislação, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, servindo de referencial para ser utilizado como um instrumento de orientação e apoio.

A pesquisa teve por base autores como Cavalcanti (2017), Oliveira (2017), Gadotti (1994), bem como dados da Polícia Federal (BRASIL, 2023). Assim, segue uma discussão

acerca da temática pesquisada, bem como a análise será realizada de acordo com os dados empíricos coletados na pesquisa de campo com a diretora da escola à luz do referencial teórico que dá sustentação para esta pesquisa.

1.1 JUSTIFICATIVA

Nos últimos anos observa-se um elevado número de pessoas imigrantes residindo no Brasil. Essa realidade retrata um fluxo migratório que se amplia diariamente. Notícias veiculadas na mídia nacional e internacional revelam constantes crises mundiais como fome, violência, eventos climáticos, guerras, problemas de ordem política e econômica, todos esses fatores impactam diretamente na vida das pessoas e, especialmente os mais vulneráveis.

As pessoas por uma condição de extrema carência de subsistência e por inúmeras violações dos direitos humanos, são obrigadas a migrarem. Isso não é uma escolha e sim uma questão de sobrevivência.

Dentre muitas questões que envolvem a entrada e permanência de estrangeiros no Brasil e na região de Tubarão SC, pesquisar o contexto escolar e as práticas pedagógicas inclusivas pode revelar as condições de adaptação das crianças e adolescentes no ambiente educativo. A escola é um dos meios de socialização importantes para o desenvolvimento dos estudantes, mais ainda para aqueles que precisam ampliar os conhecimentos, aprender uma nova língua e cultura do país que passam a viver.

A escola é um ambiente social, cultural, plural, diverso que deve em seu PPP propor mecanismos institucionais formativos (pedagógicos, administrativos, estruturais) que garantam a todos os estudantes brasileiros ou estrangeiros uma educação de qualidade e eminentemente inclusiva. Nesse contexto,

[...] a diversidade é reconhecida pelo seu caráter formativo na educação escolar catarinense, efetivamente pelas dimensões pedagógicas que privilegiam: o educar na alteridade; a consciência política e histórica da diversidade; o reconhecimento, a valorização da diferença e o fortalecimento das identidades; a sustentabilidade socioambiental; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; a laicidade do Estado e da escola pública catarinense; e a igualdade de direitos para acesso, permanência e aprendizagem na escola [...] para todos os estudantes, independentemente de suas especificidades humanas (SANTA CATARINA, 2019, p. 31).

Os imigrantes procuram lugares com opções de desenvolvimento com a esperança de garantir um meio de sobrevivência, acesso ao trabalho, saúde, educação e a outras condições mínimas de sobrevivência. São pessoas que não somente escolhem, mas foram obrigadas a

mudar, e desejam uma nova vida em outro país. Esta é a realidade de muitos imigrantes no Brasil e em Santa Catarina, os quais estão fugindo de um contexto de extrema vulnerabilidade social. Em muitos casos a evidente falta de garantia dos direitos humanos.

Dada a importância da escola para a participação social, cabe refletir como as crianças e adolescentes estrangeiros têm sido inseridos no processo de escolarização. É possível compreender a necessidade de apoio pedagógico, integração linguística, condições que requerem a flexibilização curricular, e conseqüentemente a adoção de estratégias inclusivas por parte dos docentes e da gestão escolar.

Na escola, o tema diversidade, pluralidade e adaptação de estudantes estrangeiros não deve passar despercebido. Levando em consideração que o número de imigrantes cresce, é necessário estar atento aos conceitos como entender e inserir o tema no currículo e de que maneira o sistema educacional deve acolher os imigrantes.

Uma acolhida significativa da escola pode se manifestar em atitudes e ações simples no cotidiano. O tema das migrações é um dentre muitos que surgem na escola, e tratá-lo com habilidade e segurança é essencial no contexto escolar.

Portanto é preciso ter em mente que eles possuem uma cultura diferente e, além de inseri-los gradativamente na nossa, é necessário respeitar suas origens e seus costumes, tendo como dever proporcionar um ambiente de respeito às diferenças, se mostrar aberta a novas culturas e respeitar o tempo e adaptação do estudante. Promover, valorizar as diferentes culturas deve ser parte de um projeto em que a diversidade é elemento fundamental das práticas democráticas e voltadas ao desenvolvimento de todas as pessoas.

1.1.1 O crescente número de imigrantes

O crescente número de imigrantes que passam a residir na nossa região, conforme dados, cria uma demanda de atendimento escolar, sendo assim é importante saber sobre **práticas pedagógicas inclusivas para estudantes imigrantes na Escola Municipal de Educação Básica João Paulo I (CAIC) no município de Tubarão, Santa Catarina**. A Polícia Federal mostra que Santa Catarina presenciou um forte aumento migratório entre 2020 e 2021 (BRASIL, 2023). A população estrangeira que se mudou para o Estado, mais que dobrou, e apenas em 2021, 16.268 pessoas de outros países vieram para terras catarinenses. Um aumento de 128% entre um ano e outro e o maior aumento desde 2001, quando os dados passaram a ser computados (CALDAS, 2022).

No município de Tubarão, os noticiários locais também informam sobre o crescente número de famílias imigrantes que passaram a residir na cidade. Órgãos governamentais, como a secretaria municipal de saúde e secretaria municipal de assistência social, por meio de suas políticas de assistência o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), passam a ser um dos locais em que os imigrantes frequentam em busca de acolhimento e direitos (CadÚnico, por exemplo). Instituições não governamentais como a Cáritas que é ligada à igreja católica, por meio de ações do voluntariado, fazem a ponte e o acolhimento social realizando atividades de orientação, dentre elas, como acessar as escolas, postos de saúde e outros setores da estrutura administrativa e secretarias do município.

2 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS

As práticas pedagógicas são recursos que podem ser utilizados para a inclusão dos estudantes em um ambiente escolar.

A Proposta Pedagógica de cada unidade escolar se concretiza em um documento instituído Projeto Político Pedagógico (PPP), também conhecido como Projeto Pedagógico. Seu intuito principal é indicar quais são os objetivos da escola e quais são os meios necessários para que eles sejam atendidos.

Conceituando então o projeto político pedagógico, nas palavras de Gadotti (1994, p. 579),

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.

Conforme abordagem de Lopes, (2010), a adoção da nomenclatura para o documento decorre do fato de que ele se constitui como

- Projeto, na medida que reúne propostas de ações concretas de acordo com os prazos estabelecidos pelo grupo,
- Político, uma vez que a escola e a instituição responsável pela formação de cidadãos responsáveis e críticos que, atuando individual e coletivamente, serão agentes de transformação pessoal;
- Pedagógico, porque define e organiza as ações necessárias para que o ensino aprendizagem se faça possível.

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com sentido explícito com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade (VEIGA, 2022).

A metodologia aplicada em sala de aula, deve ser constantemente revista. Todo conhecimento e cultura que o aluno imigrante traz consigo, e o conteúdo a ser aplicado, por exemplo, tem que estar alicerçado, nos pressupostos de uma teoria pedagógica crítica e viável,

que parta da prática social e esteja compromissada em solucionar os problemas da educação, incluindo a diversidade.

Nesse sentido Freire (1997, p. 79) concorda que “o professor deve ensinar, mas é preciso saber que ensinar não é transmitir conhecimento”. É preciso que o professor saiba relacionar os conteúdos escolares com o contexto sociocultural da criança. Consideremos então, prática e reflexão como duas faces do conhecimento, indissociáveis, complementares e fundamentais para nós.

Hoje a escola é uma instituição sobrecarregada, que acumula funções socioculturais outrora mais bem repartidas: na rua, nas vizinhanças, na igreja, na praça. Muitas coisas que se faziam e aprendiam nesses lugares, agora, são feitas na escola. Hoje os professores convivem com as crianças por mais tempo e mais intensamente que os pais. Os professores da escola de “ontem” dispunham de recursos pedagógicos muito eficientes para o exercício de competências e habilidades tão desafiadoras: a reprovação ou exclusão de alunos que não correspondiam minimamente ao oferecido ou exigido pelo professor. A excelência era uma condição para o ensino do professor e para a entrada e o percurso escolar dos alunos.

Atualmente a escola apresenta novos desafios aos professores e torna insuficientes (mas não desnecessárias), as competências e habilidades de ensino que desenvolveram no contexto da escola atendida. No Brasil, esse cenário foi configurado, sobretudo, ao longo da década passada e decorre da aprovação de documentos como o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1996.

Apesar da educação escolar ser compulsória para todas as crianças, as quais têm direito a entrar no sistema escolar correspondente à Educação Básica e percorrê-lo sem ameaça de repetência ou exclusão. A escola seletiva transformou-se em escola para todos.

E sabemos bem, mesmo com a obrigatoriedade, estudantes ainda estão fora da escola, outros não conseguem aprender, ainda há evasão, situação que foi agravada com a pandemia etc. E as práticas pedagógicas ainda carecem de aperfeiçoamento para serem verdadeiramente inclusivas.

2.1 LEGISLAÇÃO

A legislação brasileira determina que estrangeiros têm direito ao acesso à educação da mesma forma que as crianças e adolescentes brasileiros, conforme expresso pela Constituição Federal (artigos 5º e 6º), pelo estatuto da criança e do adolescente (artigos 53º ao 55º), pela Lei

de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (artigos 2º e 3º) e pela Lei de Migração (artigos 3º e 4º).

Além disso, a Lei dos Refugiados 9.474 de 1997 (artigos 43º e 44º) garante que a falta de documentos não pode impedir seu acesso à escola. Podemos citar o que determinam as Leis:

Conforme descrito no Art. 5º da Constituição Federal,

[...] Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros. E aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]

II. Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção, à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da constituição (BRASIL, 1998).

Assim como o Art. 53 do Estatuto da criança e do adolescente esclarece que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - Direito de ser respeitado por seus educadores; III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV - direito de organização e participação em entidades estudantis; V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. (Revogado) V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica. (Redação dada pela Lei nº 13.845, de 2019). Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais (BRASIL, 2012, p. 31).

A legislação brasileira determina ainda que “é dever da instituição de ensino, clubes e agremiações recreativas e de estabelecimentos congêneres assegurar medidas de conscientização, prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas ilícitas [...] (BRASIL, 2012, p. 31).

No que tange aos direitos da criança e do adolescente, no Art. 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente, encontra-se o seguinte esclarecimento:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade; V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador; VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à

saúde. § 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo. § 2º - O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente. § 3º - Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela frequência à escola. Art. 55. Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino (BRASIL, 2012, p. 32).

Conforme descreve o Art. 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, “[...] a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996).

A educação no Brasil está longe de ser a ideal, especialmente em termos de qualidade de aprendizado, mas houve importantes avanços nas últimas décadas. A lei também introduziu mecanismos de avaliação do ensino, que hoje se materializa em iniciativas como Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e o censo escolar, com isso saímos do escuro e conhecemos melhores resultados desenvolvidos pelos educadores. Desde que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foi sancionada, há mais de 20 anos, grandes mudanças relacionadas à educação ocorreram na legislação brasileira. A LDB vem para regulamentar e esclarecer alguns pontos da constituição de 1988, ampliando a visão dos princípios e das diretrizes da educação no nosso país.

Neste contexto, dentre outros princípios e diretrizes, a Lei de Migração institui no artigo 3º - inciso II, que a política migratória brasileira, rege-se por: “II - Repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação”. (BRASIL, 2017). Neste sentido cabe ressaltar que a trajetória dos alunos imigrantes na maioria das vezes é cercada por expectativas e frustrações. Ao deixar seu país, tentam preservar sua identidade cultural, e mesmo com a proteção da lei se deparam com as diferenças, causando um grande impacto em sua vida escolar.

No que se refere a integração local dos refugiados, a Lei nº 9.474 de 1997 determina que,

Art. 43. No exercício de seus direitos e deveres, a condição atípica dos refugiados deverá ser considerada quando da necessidade da apresentação de documentos emitidos por seus países de origem ou por suas representações diplomáticas e consulares. Art. 44. O reconhecimento de certificados e diplomas, os requisitos para a obtenção da condição de residente e o ingresso em instituições acadêmicas de todos os níveis deverão ser facilitados, levando-se em consideração a situação desfavorável vivenciada pelos refugiados (BRASIL, 1997).

As leis são necessárias tanto para o desenvolvimento quanto para a proteção. Em relação à lei dos refugiados, percebe-se a importância no sentido de agilizar o sistema de regularização dos documentos desses imigrantes para garantir seus direitos. Reforçando todas as garantias constitucionais em respeito à diversidade e repúdio a qualquer ato de discriminação.

A prática reflexiva supõe voltar-se “para dentro” de si mesmo ou do sistema do qual somos parte. Supõe dar um tempo para o que não tem uma resposta imediata ou fácil. Implica valorizar a posição, o pensamento, as hipóteses do sujeito que age. Supõe compreender, que suas implicações, sentimentos ou expectativas são fatores importantes à produção dos acontecimentos.

O Brasil está em posição de vanguarda, pois de acordo com a Lei nº 13.445, de maio de 2017, o Brasil oferta ao imigrante o acesso aos direitos humanos, verifica-se no Art. 1º. que esta lei dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no país e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas ao imigrante. Também no art. 40, esta lei versa “sobre o direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória” (BRASIL, 2017a).

Neste sentido, cabe destacar o quanto é importante o empenho do estado em proporcionar ao imigrante o direito ao ensino de qualidade. Mesmo sabendo que os espaços educacionais não estão preparados, cabe a todos nós enquanto cidadãos estendermos as mãos, e não medirmos esforços em combater a desigualdade.

Muitos países acabam fechando suas fronteiras aos imigrantes, refugiados ou apatriados acreditando assim na proteção de sua economia e cultura. Assegurar direitos e garantias aos estrangeiros residentes no país é aplicar tão somente os benefícios já previstos na carta Magna, assim ensina o mestre Hall (2014, p. 52):

Pode ser tentador pensar na identidade, na era da globalização, como estando destinada a acabar num lugar ou noutro; ou retornando a suas “raízes” ou desaparecendo através da assimilação e da homogeneização. Mas pode ser um falso dilema pois há uma outra possibilidade: A da tradução. Esse conceito descreve aquelas formações de identidade que atravessam e instersectam as fronteiras naturais, compostas por pessoas que foram dispersadas para sempre de sua terra natal. Estas pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno do passado, elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas

As nações precisam estar conscientes que não basta somente permitir a entrada dos imigrantes em seu país. Percebe-se uma lacuna muito grande entre permitir a entrada dos imigrantes, e tão somente cumprir a lei, sem dar a dignidade humana tão importante para criar

condições de adaptação social. Portanto, o acolhimento e inserção na comunidade é imprescindível, sem esquecer da fundamentação do que já é previsto em lei. Segundo a ex-Secretária Nacional de Justiça, Maria Hilda Marsiaj,

Traz desafios não somente para os formuladores e gestores das políticas migratórias, mas também aos diversos atores da sociedade civil que cumprem papel histórico na acolhida de imigrantes e refugiados. Partindo disso, pode-se dizer que é um desafio também para profissionais da educação, considerando que muitos migrantes estão matriculados nas escolas (BRASIL, 2019).

Sendo assim, a inserção destes na sociedade, deve estar previsto na Lei n° 13.445, de 24 de maio de 2017. Em se tratando do contexto escolar existem diretrizes que orientam os professores para a educação linguística aos imigrantes

2.1.1 Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

A Base Nacional Comum Curricular, na área de linguagens nos remete à diversidade cultural, incluindo língua de libras e Imigração, que juntamente com a língua portuguesa é uma das línguas oficiais do Brasil, cita-se a lei n° 10.436,

Assim, é relevante no espaço escolar conhecer e valorizar as realidades nacionais e internacionais da diversidade linguística e analisar diferentes situações e atitudes humana. Implicadas nos usos linguísticos, como o preconceito linguístico (BRASIL, 2017c, p. 70).

A BNCC enfatiza os seus princípios nas competências específicas da Linguagem e suas Tecnologias, cita-se a competência n° 4:

Compreender as línguas como fenômeno (Geo)político, histórico, cultural, social, variável, heterogêneo, e sensível aos contextos de uso, reconhecendo, suas variedades e vivenciando-as como formas de expressões identitárias, pessoais e coletivas, bem como agindo no enfrentamento de preconceitos de qualquer natureza. (BRASIL, 2017c, p. 490).

Em um mundo onde a maioria das pessoas e nações desejam a harmonia e a liberdade, e partindo do princípio da solidariedade, é preciso que a escola tenha uma gestão de acolhimento aos alunos imigrantes, bem estruturada, e desenvolva práticas educativas que contribuam para uma aprendizagem significativa.

Percebe-se que a Base Nacional Comum Curricular evidencia o respeito e a luta contra o preconceito e a discriminação de qualquer natureza, sendo um documento novo, do ano de 2017, abordando todos os anos escolares, e em todo território nacional.

2.1.2 Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, PCNs, formam um documento norteador, onde os docentes orientam suas práticas, sendo quatro ciclos ao todo. Um dos objetivos em destaque seria a colocação contra a intolerância, envolvendo outras nações e outros povos, enfatiza-se:

Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais (BRASIL, 199, p. 5).

Quando um indivíduo torna-se imigrante, ele leva consigo os costumes e toda sua trajetória cultural, e na escola não é diferente, os desafios a serem enfrentados são muitos, como a adaptação e a comunicação. É necessário não somente o acesso à educação, mas considerar o acolhimento e a permanência na escola de forma efetiva.

Outrossim, pode-se afirmar que os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa se preocupam com a reciprocidade entre os docentes e os estudantes no ambiente escolar. Reforça o respeito à multiculturalidade, mas não enfatiza uma prática pedagógica significativa, tão necessária aos imigrantes e principalmente aos que estão na vulnerabilidade, e sua vivência dentro da vida escolar.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA REALIDADE BRASILEIRA

De acordo com o relatório anual, 2021, realizado pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) e do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), o fluxo de imigrantes do Brasil se intensificou na última década. Veja na Tabela 1.

Tabela 1 – Número de imigrantes por sexo

RELATÓRIO ANUAL DO OBMIGRA | 2021 | 56

Classificação	Total	Sexo	
		Homens	Mulheres
Total	986.919	623.598	363.321
Residentes	265.396	170.929	94.467
Temporários	706.356	444.630	261.726
Fronteiriços	15.167	8.039	7.128

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal - SisMigra, 2020.
Notas: (*)Foram excluídos sexos ignorados | (**) A categoria "Residentes" inclui as antigas classificações permanentes, assilados, outros e provisórios.

Fonte: OBMigra (2021).

Uma das maneiras mais tristes e dolorosas da mobilidade humana na nossa atualidade são os deslocamentos que ocorrem forçosamente. No decorrer dos anos de 2011 a 2020, verificou-se no Brasil e no mundo o aumento do número de pessoas em busca de amparo, causadas por perseguição de ideologias, religião, raça, grupo social, nacionalidades, entre outros, conforme demonstra a Tabela 2:

Tabela 2 – Número de imigrantes por classificação dos países

Tabela 2. Número de imigrantes por classificação, segundo principais países de nascimento - Brasil, 2011 - 2020			
Principais países	TOTAL		
	Residentes	Temporários	Total
TOTAL	265.408	706.398	971.806
VENEZUELA	8.933	163.373	172.306
HAITI	99.669	49.416	149.085
BOLÍVIA	3.540	52.100	55.640
COLÔMBIA	2.727	51.075	53.802
ESTADOS UNIDOS	5.420	32.295	37.715
CHINA	19.312	16.278	35.590
ARGENTINA	2.212	25.392	27.604
CUBA	5.464	20.128	25.592
FRANÇA	6.026	18.593	24.619
PERU	2.044	21.484	23.528
PORTUGAL	11.406	11.479	22.885
ITÁLIA	8.901	12.590	21.491
PARAGUAI	3.408	17.237	20.645
ESPAÑA	6.123	13.505	19.628
FILIPINAS	372	18.738	19.110
ALEMANHA	3.560	15.460	19.020
URUGUAI	10.448	7.532	17.980
ÍNDIA	970	15.648	16.618
JAPÃO	4.234	10.088	14.322
MÉXICO	1.667	11.259	12.926
Outros países	58.972	122.728	181.700

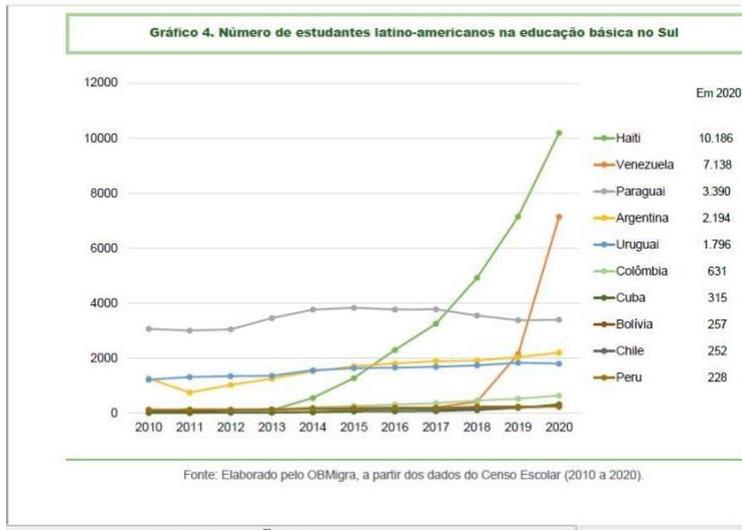
Fonte: OMMigra (2021).

A pandemia Covid-19 afetou o fluxo migratório, afinal ocorreram fechamentos de fronteiras, e com isso aconteceram medidas restritivas, proibição de vistos e interrupção dos projetos migratórios, apontados por Cavalcanti, Oliveira e Tonhati (2020). Essa situação diminuiu temporariamente o fluxo nas fronteiras. Após dois anos de pandemia e com a vacinação de imunização da Covid 19, o fluxo migratório voltou a crescer.

Nas diferentes macrorregiões, existem alguns pontos em comum. Observa-se o aumento do número de matrículas de haitianos e venezuelanos, sendo as capitais dos estados com maior quantidade de imigrantes. Sabendo dos diferentes contextos, e das dimensões do país, muito se tem ainda a avaliar sobre o fluxo de estudantes imigrantes no país.

Percebe-se uma evolução do número de matrículas de estudantes imigrantes. O número de estudantes haitianos aumentou a partir de 2014, atingindo 10.186 em 2020. Em relação aos Venezuelanos, percebe-se um grande aumento entre 2018 e 2020, passando de 410 para 7.138 estudantes na escola de educação básica. E com pequenas variações, pode-se citar a presença de estudantes nos países vizinhos a região conforme está descrito no Gráfico 1:

Gráfico 1 – Incidência de matrículas

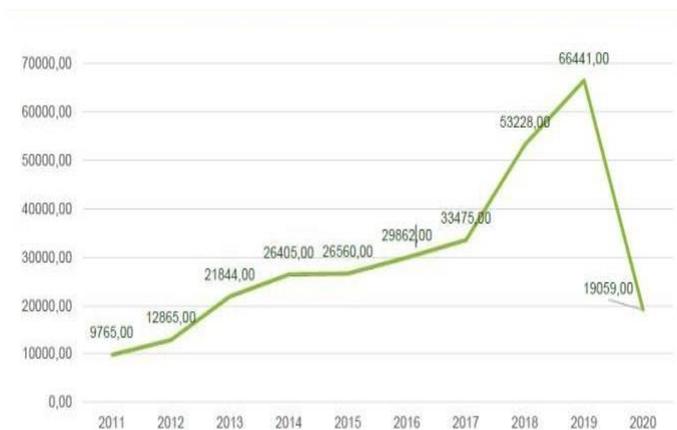


Fonte: OMMigra (2021).

Vale destacar também que as capitais dos três estados do Sul concentram os maiores números de estudantes imigrantes. Existe um grande avanço na cidade de Foz de Iguaçu, no Paraná, além das cidades de Joinville e Chapecó em Santa Catarina os quais receberam nos últimos anos, muitos integrantes haitianos. (apresentaremos dados posteriormente)

Conforme Magalhães e Baeninger (2016) o aumento de estudantes imigrantes no país, pode ser explicado pelo fato de que ocorrem recrutamento dos haitianos em outros estados para trabalharem em empresas da região. Neste contexto, destaca-se a contratação de mulheres haitianas, como pode observar no Gráfico 2:

Gráfico 2 – Registro de mulheres imigrante



Fonte: Cavalcanti, Tonhati e Oliveira (2017).

Sabe-se que, apesar da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) defender que a educação escolar pública deve ser um direito garantido a todos, vários são os desafios que os imigrantes em idade escolar enfrentam, tanto no acesso quanto na permanência nas escolas. Falta de documentação, domínio do idioma, xenofobia e ausência de suporte por parte do Estado são algumas das dificuldades enfrentadas pelas famílias de imigrantes (BRASIL, 1996).

A partir dos dados do Censo Escolar, consolidados para o Brasil, verifica-se um aumento expressivo no número de imigrantes matriculados na rede básica de ensino, passando de 41.916 em 2010 para 122.900 em 2020. Nota-se maior número de estudantes do sexo masculino, principalmente no ano de 2020, e crescimento considerável do número de matrículas para todas as etapas da educação básica. Veja a demonstração na Tabela 3:

Tabela 3 – Matrículas nas etapas da educação básica

Tabela 1. Número de imigrantes por sexo e etapa da educação em 2010 e 2020				
Etapa da educação	2010		2020	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Educação Infantil	3.772	3.539	9.223	8.784
Ensino fundamental	13.435	12.887	39.759	37.434
Ensino Médio	2.710	2.826	8.055	8.001
Curso Técnico Integrado	171	65	532	408
Ensino Médio - Magistério	9	43	18	65
Curso Técnico / EJA	1.201	1.258	6.239	4.382
Total	21.298	20.618	63.826	59.074
	41.916		122.900	

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar (2010 e 2020).

4 "O SAEB é um conjunto de avaliações externas em larga escala que permite ao Inep realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante."
<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>
 5 <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>

Fonte: OMMigra (2021).

Uma dimensão muito importante da Educação básica, é o respeito à diferença. Ao longo das últimas décadas no Brasil, políticas públicas em educação vêm sendo articuladas com a intenção de reduzir as desigualdades no itinerário educacional entre todos os segmentos educacionais. Sendo, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Fundo Nacional de Desenvolvimento da **Educação** (FNDE), Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da **Educação** Básica e de Valorização dos Profissionais da **Educação** (FUNDEB), Programa Caminho da Escola etc.

Os seres humanos são diferentes em suas histórias de vida e em suas culturas. Possuem personalidades únicas e percebem o mundo em suas particularidades. Devemos construir uma escola pautada no direito à educação e no direito à diferença. As diferenças culturais, raciais, de gênero, de classe [...] não seriam problemáticas se fossem apenas diferenças. A questão

central é que elas são hierarquizadas socialmente e se transformam em desigualdades.
(BHABHA, 1998, p. 220 apud GREBINSKY, 2016, p. 2)

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Devido ao curto tempo oferecido pelo calendário acadêmico, o processo de investigação foi alterado, de modo que optou-se por realizar a entrevista em uma escola somente, por aquela com maior número de estudantes imigrantes. Seguindo esse critério, identificou-se, junto à Fundação Municipal de Educação de Tubarão, o cenário de atuação da pesquisa: a Escola Municipal de Educação Básica João Paulo I (CAIC), que fica localizada em Tubarão – SC.

A pesquisa foi desenvolvida na modalidade de estudo de caso, a partir de uma entrevista com a diretora da escola e a professora de Língua Inglesa. Em seguida foi aplicado um questionário com 11 perguntas abertas para mensurar as respostas e obter dados qualitativos. A Escola foi criada pelo Governo Municipal, em 10 de março de 1982 iniciou suas atividades como Grupo Escolar João Paulo I e recebeu este nome em homenagem ao Papa João Paulo I. O prédio escolar possuía na primeira ala: três salas de aula, uma cozinha, dois depósitos, seis sanitários, uma secretaria, uma biblioteca, sala de direção, e uma área coberta. Mais tarde foi construída a segunda ala com seis salas de aula, oito sanitários e um corredor e atendia cento e oitenta e dois alunos de 1ª a 4ª série.

O governo municipal e as lideranças locais conhecendo os problemas da comunidade de Humaitá de Cima e arredores e ainda pensando na necessidade de atender à demanda da Escola Básica João Paulo I procuraram junto ao governo Federal a implantação do CAIC (Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente) e tiveram sucesso, em 1992 iniciou-se a construção do CAIC. Hoje a escola conta com duas turmas de Pré II e 18 turmas do 1º ao 9º ano, são 418 alunos e 73 funcionários. Fazem parte da equipe gestora a Diretora Luciane da Silva Cardoso eleita em 2015, as secretárias Rosângela Medeiros de Souza e Lusimar Fratoni Wigger e os assistentes administrativos Virléssia de Souza Ferreira Rosalino e Rone Rodrigues de Souza.

A comunidade apresenta uma miscigenação da cultura herdada de diversos povos: portugueses, indígenas, africanos, italianos, alemães, poloneses, espanhóis e japoneses. A maioria dos alunos são oriundos do próprio bairro, mas a escola atende também alunos dos bairros São João, Morrotes, Vila Esperança, São Martinho, São Bernardo e Bom Pastor. No ano de 2019 receberam a primeira aluna que veio da Venezuela, no ano seguinte receberam alunos do Haiti, e houve também uma considerável migração de pessoas dos estados do Rio Grande do Sul, Bahia, Paraná e outros.

Através dos programas e projetos é oferecido no contraturno reforço escolar de língua portuguesa e matemática para os alunos com nota inferior a sete, aulas de balé, karatê, futsal e

banda. Para os alunos do Pré II há aula de dança, um projeto piloto que acontece no horário de aula. A escola conta também com a sala do AEE (Atendimento de Educação Especial) realizado pela professora Silvana Aparecida Nogueira e atende 10 alunos com laudos.

4.1 DAS ENTREVISTAS

A entrevista realizada pode ser consultada para maiores esclarecimentos no (Apêndice A). Nesta, tratou-se das reflexões motivadas pelo diálogo com a escola, observando como as respostas das entrevistadas relacionam teoria e prática. Foram realizadas 11 perguntas, sendo analisadas as consideradas com maior relevância ao tema, as quais discutiu-se na análise dos resultados, conforme segue. É importante reforçar que as profissionais entrevistadas não se aprofundaram em suas respostas.

Dentre os diversos temas tratados nas entrevistas, questionou-se: 1 - Os documentos solicitados para realização da matrícula de um estudante brasileiro são os mesmos documentos solicitados ao estudante imigrante? Tendo em vista que o imigrante possa ter saído de seu país refugiado, e em alguns casos sem a devida documentação para realizar matrícula, existe algum suporte ou caminho que autorize essa matrícula? Segue a resposta da Diretora:

Os documentos são os mesmos, mas tem mais documentos que se referem a estadia dele no Brasil. Por quanto tempo eles ficam no Brasil, se tem o visto para ficar aqui no país. Quando é um pai que está sozinho ou uma mãe que está sozinha, se ela tem a guarda da criança, toda essa documentação referente a isso. E o CPF tem que ser brasileiro, toda a documentação tem que ser expedida pelo Brasil, o cartão do SUS, tudo. Aqueles estudantes que não têm essa documentação a escola pedem auxílio para a Fundação Municipal de Educação. Como encaminhar para assistência social para está providenciando esses documentos. Ajudamos o estudante a providenciar documento, na maioria das vezes eles não sabem localizar o posto de saúde. Encaminhamos, informamos que tem que fazer a carteira de vacina, enfim orientamos. E quando não sabemos, pedimos ajuda para encaminhar da melhor forma esses imigrantes.

Nota-se, na atitude da diretora, a importância de agilizar o sistema de regularização dos documentos desses imigrantes para garantir seus direitos. Reforçando todas as garantias constitucionais em respeito à diversidade e repúdio a qualquer ato de discriminação. Conforme menciona a Lei de Migração, institui no artigo 3º que um dos princípios que rege a política migratória brasileira está no inciso V, na qual promove a entrada regular e a regularização documental (BRASIL, 2017).

Além disso, vale acrescentar que nos últimos anos, as nossas escolas públicas efetivaram grande número de matrículas de estudantes de outras nacionalidades em escolas brasileiras,

proporcionando esta comunicação entre a diferença e a diversidade (CAVALCANTI; OLIVEIRA; SILVA, 2020).

Neste contexto, ressalta-se o Art. 43 da Lei n ° 9.474 que garante os direitos dos estudantes imigrantes, na qual menciona que no exercício de seus direitos e deveres, a condição atípica dos refugiados deverá ser considerada quando da necessidade da apresentação de documentos emitidos por seus países de origem ou por suas representações diplomáticas e consulares. Esta lei garante que a falta de documentos não pode impedir seu acesso à escola (BRASIL, 1997).

Portanto, considera-se relevante a postura da direção da escola frente a agilidade em providenciar a documentação destes estudantes imigrantes, bem condizente com o que a legislação brasileira determina.

Em relação à pergunta 4 - Os estudantes imigrantes recebem algum tipo de apoio psicológico? A Diretora respondeu:

Não temos ninguém na área da psicologia. Nós estamos sempre conversando com os estudantes, não percebemos a falta de adaptação deles. Eles se adaptam fácil e os estudantes os recebem facilmente. Os estudantes estão sempre ajudando, avisando a professora quando o imigrante não entende a fala. Os próprios estudantes ajudam e apoiam os imigrantes nessa inclusão, dando acolhimento.

A diretora deixa transparecer que o imigrante é o responsável em não compreender a forma do outro expressar a sua linguagem.

Observou-se nesta resposta que a escola deixa de estabelecer pontes de integração e apoio para inclusão do estudante imigrante. A função do psicólogo é importante tanto no apoio para lidar com sentimentos, quanto para orientar sobre o que venham fazer no futuro. Além de ajudar a construir um ambiente de aprendizagem seguro e acolhedor, pois sabemos que os imigrantes trazem consigo demandas oriundas das situações adversas das quais passaram. De acordo com Geraldi (1999, p. 101),

[...] não é necessário anular o sujeito. Ao contrário, é abrindo-lhe o espaço fechado da escola para que nele ele possa dizer a sua palavra, o seu mundo, que mais facilmente se poderá percorrer o caminho, não pela destruição de sua linguagem, para que surja a linguagem da escola, mas pelo respeito a esta linguagem, a seu falante e ao seu mundo, conscientes de que também aqui, na linguagem, se revelam as diferentes classes sociais.

A partir deste contexto, é possível entender, que dentro de uma escola há lugar para todos, há opções que não incluem anular o sujeito, mas sim, incluí-lo. Nesse sentido a Base

Nacional Comum Curricular, vem e enfatiza o respeito e a luta contra o preconceito e a discriminação de qualquer natureza (BRASIL, 2017c).

Na pergunta de nº 5 foi realizado o seguinte questionamento: existe alguma pauta e/ou reunião da equipe pedagógica sobre os alunos imigrantes? Quais? Com que frequência? Segue a resposta da Diretora:

Não temos pautas e reuniões específicas. Como todos os estudantes, vimos quais dificuldades deles. Não tratamos eles de forma diferente por serem imigrantes, todos os estudantes são tratados iguais na questão do aprendizado. Temos uma lista de estudantes com dificuldades, que são de 20 a 30 alunos. Nesta lista têm estudantes imigrantes e estudantes brasileiros, mas sabemos que alguns estão ali pela dificuldade na compreensão da língua portuguesa. Os estudantes imigrantes não compreendem a língua inglesa. Temos haitianos que falam francês e os venezuelanos falam espanhol. Os estudantes imigrantes têm muita dificuldade na língua inglesa. Os alunos dizem que o inglês é terrível para eles. Os estudantes imigrantes que recebemos não tiveram o inglês como disciplina nas suas escolas de origem. Pela informação que tive dos pais, os estudantes não tinham inglês nas escolas. O aprendizado da língua inglesa tem que ser no início, bem devagar e fazer bastante treino. Geralmente os estudantes são bem estudiosos e os pais bem dedicados. Os pais são muito presentes e todos que são chamados nas escolas, eles comparecem e tiram bastante dúvidas.

A partir desta resposta, é possível inferir que, como os professores trabalham de uma forma isolada, na grande maioria das vezes precisam inventar, para suprir a necessidade imediata do estudante. As reuniões, afinal, servem para fortalecer este vínculo, tão necessário diante de situações concretas da relação pedagógica.

Refletindo sobre o significado de um Projeto Político Pedagógico entende-se que projeto, na medida que reúne propostas de ações concretas de acordo com os prazos estabelecidos pelo grupo. Nesse interim, acredita-se que levar para as pautas das reuniões, as suas escolhas, transformá-las em ação efetiva, e ressignificar suas práticas é de suma importância. E para o imigrante é extremamente necessário que se efetive esta dinâmica em torno das questões do seu cotidiano na escola, na qual as práticas possam ser verdadeiramente discutidas e socializadas no decorrer do processo formativo.

Dada a importância da escola para a participação social, cabe refletir como crianças e adolescentes estrangeiros têm sido inseridos no processo de escolarização. É possível compreender a necessidade de apoio pedagógico, integração linguística, condições que requerem a flexibilização curricular, e conseqüentemente a adoção de estratégias inclusivas por parte dos docentes e da gestão escolar. Na escola, o tema diversidade, pluralidade e adaptação de estudantes estrangeiros não deve passar despercebido.

Levando em consideração que o número de imigrantes cresce, é necessário estar atento aos conceitos como entender e inserir o tema no currículo e de que maneira o sistema

educacional deve acolher os imigrantes. É importante que os profissionais sejam capacitados e atualizados na temática imigrantes, e que a escola oriente seus professores de como lidar com a diversidade que o aluno imigrante traz consigo. Por isso verificamos, na resposta, a falta de envolvimento da gestão escolar em incluir a realidade do imigrante no dia a dia da escola.

Compreende-se que existe uma dificuldade em abordar práticas pedagógicas relacionadas aos estudantes imigrantes. É através de reuniões, por exemplo, que pode haver uma manifestação em atitudes e ações simples no cotidiano. O tema das migrações é um dentre muitos que surgem na escola, e tratá-lo com habilidade e segurança é essencial no contexto escolar.

Na questão 6 foi perguntado se em algum momento as culturas dos estudantes imigrantes são expostas em sala de aula para que seus colegas as conheçam? A Professora respondeu:

Na verdade, no cotidiano mesmo, numa pergunta, nos conteúdos, porque eles falam como era a realidade na cidade deles. Eles têm essa abertura, não somente os imigrantes, mas todos os estudantes, porque a gente tem estudantes de outros países, como os venezuelanos, mas também se percebe que a nossa cidade está recebendo pessoas de várias regiões do país, em destaque a região do nordeste.

Isso demonstra que existe um desejo tanto da professora, quanto dos colegas em acolher este imigrante, e esse, evidencia nesta ação um desejo de aproximação da nova cultura, a qual está sendo inserido através da sala de aula.

Porém, quando um indivíduo torna-se imigrante, ele leva consigo os costumes e toda sua trajetória cultural, e na escola não é diferente, os desafios a serem enfrentados são muitos, como a adaptação e a comunicação. Lembrando que a diversidade não deve ser apenas aceita, mas ela tem que ser compartilhada dentro e fora do âmbito escolar.

Sendo assim, entende-se que a professora deveria desenvolver uma prática inclusiva permanente sobre a cultura do imigrante. Por exemplo, roda de conversa, leitura, jogos interativos, etc. Reafirmando que, o documento Projeto Político Pedagógico vem e reforça a nossa avaliação acima, pedagógico, porque define e organiza as ações necessárias para que o ensino aprendizagem aconteça (VEIGA, 2002).

É possível identificar na fala da professora, uma certa inquietação diante da pergunta sobre a cultura do imigrante em sala de aula. Notamos que a professora ficou entusiasmada, com vontade de adotar novas práticas pedagógicas. Sendo que os Parâmetros Curriculares Nacionais, documento norteador dos docentes nas práticas, menciona um dos objetivos:

Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais (BRASIL, 1997, p. 5).

Observa-se que estas dúvidas da professora são pertinentes, pois demonstram que os professores estão diante de valores que podem ser reavaliados a cada dia. Pensando que os conhecimentos, valores e competências se entrelaçam e se aprendem no cotidiano humano. Neste contexto, Freire (1997, p.79), esclarece que: “é preciso que o professor saiba relacionar os conteúdos escolares com o contexto sociocultural da criança”.

Ao analisar o Projeto Político Pedagógico da escola, percebeu-se que ele não contém nenhuma recomendação, ou objetivo claro em relação a esta temática cultural dos imigrantes. Logo, o Projeto Político Pedagógico desta escola pesquisada, está alheio a esta inclusão. Cabe ressaltar que houve uma certa dificuldade de acesso ao documento.

Na pergunta de nº 9, foi questionado sobre disciplina de Língua Inglesa, a saber: a língua inglesa auxilia na inclusão dos alunos em sala de aula? A Professora respondeu que “Os meus estudantes não tiveram inglês nos últimos anos de estudo, mesmo porque estamos vindo de uma pandemia”.

Dessa forma, entende-se que a escola como um encontro da diversidade, o domínio da língua não promove o desenvolvimento de suas potencialidades, e sim um grande compartilhamento de ações que possibilita essa comunicação. Essa questão vai ao encontro com Arroyo (2008, p. 65) quando afirma que:

Se perde uma das dimensões básicas da ação educativa: aprender a ser, desenvolve-se no convívio com semelhantes e diversos em temporalidades do fazer-nos humanos, no convívio com sujeitos respeitados para expressar significados e aprender significado no convívio próprio do seu tempo cultural. Convívio de semelhantes e diversos onde seja pedagogicamente possível, contar-nos uns aos outros; adultos a crianças e adolescente, estes àqueles e entre si, contar-nos nossas histórias, nossos significados, nossos saberes e ignorância.

As condições que impedem ou permitem essas aprendizagens são materiais, mas também são de estrutura, de organização e de clima humano ou de relações sociais, humanas e culturais.

Conforme as diretrizes elaboradas pelo governo federal que orientam a educação no Brasil os Parâmetros Curriculares Nacionais, o professor deverá possibilitar ao aluno o conhecimento sobre sua língua materna, por meio de comparações com a língua estrangeira. Para o PCN de Língua Estrangeira, ao ensinar uma língua estrangeira, o educador deverá

considerar a sua natureza socio-interacional, pois quem a usa considera aquele a quem se dirige ou quem produziu um enunciado (BRASIL, 1997).

Mediante o exposto, identifica-se na justificativa da professora de Língua Inglesa uma desmotivação e certo desinteresse no sentido de inserir o estudante no ensino da língua estrangeira.

Na questão de nº 11, questionou-se: existe alguma prática educativa específica para estudantes imigrantes? A Professora respondeu:

Na verdade, a gente não olha para eles como diferente. Porque eu acredito que a partir do momento em que eu olhar assim, terá uma prática educativa específica para aqueles estudantes, então eu já estou fazendo uma exclusão e não uma inclusão. Eu não foco na dificuldade, eu foco no que ele tem de bom. Se tu olhas pra tuas mãos e elas não são iguais, quem dirá as pessoas. Independente de qual nacionalidade ela seja. A gente tem que administrar. Por exemplo, o estudante não está entendendo, continua...depois suavemente tu voltas ao conteúdo. Tenta rever e faz outra dinâmica, e faz de outra forma, ou uma brincadeira e vai. Eu tenho uma estudante venezuelana e uma outra estudante de Criciúma que não sabem nada de inglês. Eu não posso parar meu conteúdo planejado, eu tenho que adequar ele. Como que eu adequo? Eu continuo o conteúdo, aí de uma forma lúdica, eu mudo. Eu faço a brincadeira da força para que os estudantes memorizem as letrinhas, jogo da memória, brincadeiras de recortes, porque daí vai memorizando, ativa a memória fotográfica deles. Uso o som também, começo a cantar musiquinhas.

Identificou-se na fala da professora, a ausência de prática pedagógica inclusiva para o estudante imigrante, ela acredita que, adotando alguma abordagem específica estaria causando a exclusão do mesmo.

Dessa forma, é possível afirmar que sim, as crianças imigrantes estão em sala de aula, mas no contexto educativo percebe-se o silenciamento e a invisibilidade perante as necessidades destes estudantes. Pois é a partir do reconhecimento de sua cultura e particularidades, que deve existir um acompanhamento pedagógico constante, que proporciona encontrar maneiras de auxiliar e preparar o professor para a inclusão efetiva dos estudantes imigrantes. E não percebemos isso na resposta da professora.

Nesta dinâmica, os Parâmetros Curriculares Nacionais, formam um documento norteador que serve para orientar a prática docente, tendo como um dos objetivos, sendo esse válido para todos os ciclos o posicionamento contra qualquer discriminação, incluindo a de outros povos e nações.

E mesmo que os documentos oficiais estudados nessa pesquisa não descrevem nenhuma prática pedagógica voltada aos estudantes imigrantes, é urgente a reavaliação dos mesmos, sob a ótica da verdadeira inclusão. E não somente o que a Legislação enfatiza, ou seja, garante somente a proteção jurídica aos imigrantes.

Devido ao intenso fluxo migratório, observa-se um despreparo das escolas e professores para receber estes estudantes. Verifica-se uma certa apatia e falta de direcionamento efetivo da gestão escolar em relação às práticas pedagógicas inclusivas, sendo necessário uma atualização da legislação.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa revela um crescente número de imigrantes no Brasil, em especial na região sul, na qual se confirma a maior incidência de matrícula na educação básica do país. A barreira linguística ainda interfere no acolhimento desses estudantes em grande parte das escolas brasileiras, lembrando que as migrações nos remetem a grandes deslocamentos e desafiadoras histórias de milhares de pessoas pelo mundo.

Desta forma, este estudo buscou trazer elementos para compreensão e análise das práticas pedagógicas inclusivas para estudantes imigrantes na escola. A Escola Municipal de Educação Básica João Paulo I (CAIC), no município de Tubarão, recebeu alunos imigrantes, e assim conhecer as dificuldades enfrentadas pela equipe pedagógica no cotidiano escolar.

Entende-se que todo este processo migratório causa um grande impacto na sociedade, não somente cultural, mas na efetividade em acomodar estas famílias. Existem grandes dificuldades em se pautar em dados oficiais, a realidade do número de imigrantes já inseridos nas escolas e os que estão em processos de invisibilidade.

Em relação à análise realizada nessa escola, nos revela que os estudantes imigrantes não possuem práticas pedagógicas inclusivas. Existe uma falta de compreensão da equipe pedagógica e dos professores sobre o tema, e as dificuldades encontradas para suprir as necessidades desses estudantes são as mais variadas. Sabendo que os desafios culturais e a diversidade devem ser respeitados no processo de aprendizagem, nesse sentido, como parte importante da inclusão desses estudantes imigrantes, é necessário trazer para o dia-a-dia da escola, práticas pedagógicas inclusivas que tenham como meta ultrapassar barreiras linguísticas, culturais e sociais.

Compreende-se que a escola é um lugar da diversidade, onde pode ser potencializada a pluralidade na educação. As experiências vividas dentro da escola devem ser democráticas e a equipe pedagógica deve estar atualizada em suas áreas de atuação, buscando uma gestão eficiente, com diretores, professores e coordenadores, proporcionando aos estudantes imigrantes as mesmas condições de aprendizagem que os demais.

Ressalta-se que segundo os dados analisados durante a entrevista, a equipe pedagógica que atende os estudantes imigrantes deveria receber uma formação continuada, e gradativamente rever suas ações, já que o cenário atual exige um acolhimento efetivo e práticas pedagógicas inclusivas e eficientes, baseando-se na interculturalidade, criando vínculos expressivos entre os estudantes. Em suma, as instituições educativas devem exercitar e promover projetos interculturais dentro da escola.

Fica evidente que as políticas públicas devem dar maior visibilidade aos estudantes imigrantes, e, através de um planejamento pedagógico efetivo podem acontecer diálogos relevantes entre os saberes que são compartilhados por todos os envolvidos na interação social.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Justiça. **Brasil registrou mais de 700 mil migrantes entre 2010 e 2018**. 2019. Disponível em: <https://www.ufjf.br/ladem/2019/09/16/ministerio-da-justica-brasil-registrou-mais-de-700-mil-migrantes-entre-2010-e-2018/>. Acesso em: 23 maio 2023. Documento não paginado.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Polícia Federal**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br>. Acesso em: 23 maio 2023. Documento não paginado.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 maio 2023. Documento não paginado.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. 9. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2012. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto_crianca_adolescente_9ed.pdf. Acesso em: 10 maio 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Brasília, DF: Presidência da República, 2017a. Disponível em: <https://encurtador.com.br/auwxY>. Acesso em: 23 maio 2023. Documento não paginado.

BRASIL. **Lei nº 9.199, de 20 de dezembro de 2017**. Regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017b, que institui a Lei de Migração. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9199.htm. Acesso em: 23 maio 2023. Documento não paginado.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1992. Disponível em: <https://encurtador.com.br/bdjX2>. Acesso em: 23 maio 2023. Documento não paginado.

BRASIL. **Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997**. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm. Acesso em: 23 maio 2023. Documento não paginado

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília, DF: MS, 2017c. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 23 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais**: pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília, DF: MS, 1997. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/livro101.pdf>. Acesso em: 23 maio 2023.

CALDAS, J. Número de novos imigrantes dispara em SC e estrangeiros buscam no Estado recomeço e lar. **NSC Total**, 2022. Disponível em:

<https://www.nsctotal.com.br/noticias/numero-novos-imigrantes-dispara-sc-estrangeiro-buscam-estado-recomeco-lar?amp=1>. Acesso em: 10 maio 2023.

CAVALCANTI, L., OLIVEIRA, A.T., TONHATI, T. A pandemia de COVID-19 e as migrações internacionais: impactos e desafios. *In*: BAENINGER, R., VEDOVATO, L.R., NANDY, S. (coords.). **Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19**. Campinas: Unicamp, 2020, p. 373-380.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. (orgs.). **Relatório Anual 2020: 2011-2021: uma década de desafios para imigração e refúgio no Brasil**. Brasília, DF: OBmigra, 2021. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/Relat%C3%B3rio_Anual/Relato%CC%81rio_Anual_-_Completo.pdf. Acesso em: 23 maio 2023.

CAVALCANTI, L.; TONHATI, T.; OLIVEIRA, A. T. Migração no Sul Global: haitianos no mercado de trabalho brasileiro. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, v. 8, n. 1, p. 103-129, 2017. Disponível em: <https://revistaterceiromilenio.uenf.br/index.php/rtm/article/view/9/6>. Acesso em: 23 maio 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GADOTTI, M. Pressupostos do projeto pedagógico. *In*: CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS. **Anais [...]**. Brasília, DF: Mec, 1994.

GERALDI, J. W. Escrita, uso da escrita e avaliação. *In* (org.). **O texto na sala de aula**. 2. ed. Cascavel: Prassoeste, 1999. p. 126-131. Disponível em: <https://encurtador.com.br/vyJY8>. Acesso em: 29 maio 2023.

GREBINSKY, R. C. **Nem “Bordel homoafetivo”, nem “política de canalha”**: um estudo sobre as políticas públicas de gênero e sexualidade no congresso nacional. 2016. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Gênero e Diversidade na Escola) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/173084/TCC_GDE_%20Raquel_FIN_AL.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 29 maio 2023.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

LOPES, R. C. S. **A relação professor aluno e o processo ensino aprendizagem**. 2010. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1534-8.pdf>. Acesso em: 10 maio 2023.

MAGALHÃES, L. F. A.; BAENINGER, R. A imigração haitiana em Santa Catarina: Fases e contradições da inserção laboral. *In*: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS, 11., 2016, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: SEPECH, 2016 p. 377-388.

PEREIRA, J. C. R. **Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para ciências da saúde, humanas e sociais**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

SANTA CATARINA. Secretaria do Estado da Educação. **Currículo base da educação infantil e do ensino fundamental do território catarinense**. Florianópolis: Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, 2019.

VEIGA, I. P. A. (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 14. ed. São Paulo: Papirus, 2002.

APÊNDICE A – Questionário

PERGUNTAS PARA DIREÇÃO

1. Os documentos solicitados para realização da matrícula de um estudante brasileiro são os mesmos documentos solicitados ao estudante imigrante? Tendo em vista que o imigrante possa ter saído de seu país refugiado, e em alguns casos sem a devida documentação para realizar matrícula, existe algum suporte ou caminho que autorize essa matrícula?

Os documentos são os mesmos, mas tem mais documentos que se referem a estadia dele no Brasil.

Por quanto tempo eles ficam no Brasil, se tem o visto para ficar aqui no país. Quando é um pai que está sozinho ou uma mãe que está sozinha, se ela tem a guarda da criança, toda essa documentação referente a isso. E também o CPF tem que ser brasileiro, toda a documentação tem que ser expedida pelo Brasil, o cartão do SUS, tudo.

Aqueles estudantes que não tem essa documentação a escola pede auxílio para a Fundação Municipal de Educação.

Como encaminhar para assistência social para está providenciando esses documentos. Ajudamos o estudante a providenciar documento, na maioria das vezes eles não sabem localizar o posto de saúde.

Encaminhamos, informamos que tem que fazer a carteira de vacina, enfim orientamos. E quando não sabemos, pedimos ajuda para encaminhar da melhor forma esses imigrantes.

2. No momento em que o estudante imigrante é inserido em sala de aula, ele tem algum suporte como professor 2 ou um professor tradutor?

Os estudantes não têm professor 2 ou professor tradutor. Não tem professor para isso. Precisa de uma legislação para apoiar.

A escola tem bastante imigrantes. Um pouco depois da pandemia, eu falei com o professor Maurício, que é presidente da Fundação Municipal de Educação para saber de que forma a escola poderia está apoiando os imigrantes, e toda a situação deles para regulamentar documentos, etc.

Lembro que o professor Maurício, junto com a Unisul preparou um curso para os imigrantes, só que era para os pais, não para os estudantes. Porque se os pais conseguem falar eles vão ajudar os filhos a se comunicar. Então, acredito que ainda tenha na Unisul esse curso.

3. A escola dispõe de reforço para os estudantes imigrantes no contra turno? Caso positivo, com que frequência?

A escola não tem reforço. O que nós fizemos são os textos adaptados, o professor adapta o texto, usa o tablet para traduzir e o estudante tenta falar e escrever em língua portuguesa, ensinando em sala de aula. A escola possui 25 tablets disponíveis para utilizar.

4. Os estudantes imigrantes recebem algum tipo de apoio psicológico?

Não temos ninguém na área da psicologia. Nós estamos sempre conversando com os estudantes, não percebemos a falta de adaptação deles. Eles se adaptam fácil e os estudantes os recebem facilmente. Os estudantes estão sempre ajudando, avisando a professora quando o imigrante não entende a fala. Os próprios estudantes ajudam e apoiam os imigrantes nessa inclusão, dando acolhimento.

5. Existe alguma pauta e/ou reunião da equipe pedagógica sobre os estudantes imigrantes? Quais? Com que frequência?

Não temos pautas e reuniões específicas. Como todos os estudantes, vimos quais dificuldades deles. Não tratamos eles de forma diferente por serem imigrantes, todos os estudantes são tratados iguais na questão do aprendizado. Temos uma lista de estudantes com dificuldades, que são de 20 a 30 alunos. Nesta lista têm estudantes imigrantes e estudantes brasileiros, mas sabemos que alguns estão ali pela dificuldade na compreensão da língua portuguesa. Os estudantes imigrantes não compreendem a língua inglesa. Temos haitianos que falam francês e os venezuelanos falam espanhol.

Os estudantes imigrantes têm muita dificuldade na língua inglesa. Os alunos dizem que o inglês é terrível para eles. Os estudantes imigrantes que recebemos não tiveram o inglês como disciplina nas suas escolas de origem. Pela informação que tive dos pais, os estudantes não tinham inglês nas escolas. O aprendizado da língua inglesa tem que ser no início, bem devagar e fazer bastante treino. Geralmente os estudantes são bem estudiosos e os pais bem dedicados.

Os pais são muito presentes e todos que são chamados nas escolas, eles comparecem e tiram bastante dúvidas.

PERGUNTAS PARA PROFESSORA DE INGLÊS

6. Em algum momento as culturas dos estudantes imigrantes são expostas em sala de aula para que seus colegas as conheçam?

Na verdade, no cotidiano mesmo, numa pergunta, nos conteúdos, porque eles falam como era a realidade na cidade deles. Eles têm essa abertura, não somente os imigrantes, mas todos os estudantes, porque a gente tem estudantes de outros países, como os venezuelanos, mas também se percebe que a nossa cidade está recebendo pessoas de várias regiões do país, em destaque a região do nordeste.

7. Como é a recepção e aceitação pela turma em relação aos estudantes imigrantes?

Os estudantes se apoiam e eu não sinto nenhuma forma de preconceito.

8. Existe alguma abordagem sobre a cultura dos imigrantes em sala de aula?

Só no cotidiano.

Uma abordagem específica não, mas seria algo interessante para eles, talvez expor e se sentirem mais à vontade. Essa é uma pergunta que faz eu refletir sobre a minha aula.

9. A língua inglesa auxilia na inclusão dos estudantes em sala de aula?

Os meus estudantes não tiveram inglês nos últimos anos de estudo, mesmo porque estamos vindo de uma pandemia.

10. A língua inglesa pode facilitar no aprendizado?

Pode facilitar, mas no nosso caso, com nossos estudantes imigrantes não facilitou porque é uma língua bem complexa pra eles, a escrita, a grafia. Eles ficam perdidos, mas eles são muito esforçados e os pais são bem presentes, é bem bacana mesmo.

11. Existe alguma prática educativa específica para estudantes imigrantes?

Na verdade a gente não olha para eles como diferente. Por que eu acredito que a partir do momento em que eu olhar assim, terá uma prática educativa específica para aqueles estudantes, então eu já estou fazendo uma exclusão e não uma inclusão.

Eu não foco na dificuldade, eu foco no que ele tem de bom. Se tu olha pra tuas mãos e elas não são iguais, quem dirá as pessoas. Independente de qual nacionalidade ela seja. A gente tem que administrar. Por exemplo, o estudante não está entendendo, continua...depois suavemente tu volta ao conteúdo. Tenta rever e faz outra dinâmica, e faz de outra forma, ou uma brincadeira e vai.

Eu tenho uma estudante venezuelana e uma outra estudante de Criciúma que não sabem nada de inglês. Eu não posso parar meu conteúdo planejado, eu tenho que adequar ele. Como que eu adequo? Eu continuo o conteúdo, aí de uma forma lúdica, eu mudo. Eu faço a brincadeira da força para que os estudantes memorizem as letrinhas, jogo da memória, brincadeiras de recortes, porque daí vai memorizando, ativa a memória fotográfica deles. Uso o som também, começo a cantar musiquinhas.